



Processo nº (e): 37.494/08
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Esporte
Assunto : Tomada de Contas Especial – TCE
Valor: R\$ 123.753,70 (fl. 208)
Ementa: Tomada de Contas Especial, para apurar responsabilidade decorrente de irregularidades no repasse de recursos públicos pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer para o Instituto Esporte Social, em 2007.
Unidade Técnica pugna pelo conhecimento da TCE e pela citação dos responsáveis para apresentarem defesa ou recolherem o débito.
Ministério Público opina em acordo com os termos propostos pelo Órgão Instrutivo.
Voto Convergente.

RELATÓRIO

O processo em apreço cuida da instauração de Tomada de Contas Especial, em atendimento à Decisão nº 6.544/08, para apurar responsabilidade civil decorrente de possíveis irregularidades na autorização e liberação de recursos públicos provenientes da Secretaria de Esportes e Lazer, repassados ao Instituto Esporte Social para suprir os custos com a realização de 37ª Corrida de Reis, em 07.01.07.

A Unidade Técnica tece as seguintes considerações sobre o feito:

COMPOSIÇÃO PROCESSUAL E PRAZOS

2. O presente feito encontra-se satisfatoriamente formalizado, obedecendo, na essência, à composição prevista no art. 3º da Resolução nº 102/98 – TCDF. Além disso, considerando a última prorrogação de prazo contida na Decisão nº 676/2012 à fl. 203, o processamento dos autos na fase interna ocorreu de forma tempestiva.



FATOS

3. Em síntese, como resultado da Auditoria do TCDF levada a efeito no Processo nº 31.173/2007, o que deu ensejo à Decisão nº 6.544/2008, várias irregularidades foram identificadas acerca da prestação de contas concernente ao apoio financeiro da então Secretaria de Esporte e Lazer ao **Instituto Esporte Social** para a realização da “**37ª Corrida de Reis**”. Entre as irregularidades registradas às fls. 12/13 do Processo nº 017-001.593/2008, podemos citar: ausência de Termo de Convênio; liberação de recursos sem comprovação de prestação de contas dos recursos repassados anteriormente; falta de notificação do executor e a consequente ausência de manifestação quanto à execução do evento; ausência de comprovantes da realização do evento; uso de recursos após a “37ª Corrida de Reis”.

PRONUNCIAMENTO DA COMISSÃO TOMADORA

4. No Relatório nº 164/2010-DIEXE II, fls. 212/225 do Processo nº 017.001.593/2008, a Comissão de Tomada de Contas Especial, após apurar os fatos e quantificar o dano causado ao erário, conforme visto às fls. 212 e 213 do Processo nº 017.001.593/2008, atribuiu responsabilidade solidária pelo ressarcimento do prejuízo ao **Instituto Esporte Social** e à Sra. **Renata Aparecida de Oliveira** (presidente da entidade à época dos fatos).

5. A Comissão Tomadora concluiu, também, no sentido de que os agentes da SEL, Srs. **Luiz Augusto Almeida de Castro** (Secretário de Esporte e Lazer), **Herbert Willian de Oliveira Félix** (Subsecretário de Apoio Operacional) e **Gilvanete Mesquita da Fonseca** (Chefe da UAG), devem ser responsabilizados, não pelo ressarcimento do prejuízo apurado, mas apenados com multa, tendo em vista a irregular liberação de recursos e pagamento ao **Instituto Esporte Social**, contrariando, inclusive o Parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, bem como pela aprovação irregular da prestação de contas, em flagrante descumprimento à legislação de regência.

PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO

6. No Relatório de Auditoria nº 05/2012 - CONTROLADORIA, fls. 249/255 do Processo nº 017.001.593/2008, o Controle Interno, ao analisar os fatos, propôs a irregularidade das contas, indicando como responsáveis o **Instituto Esporte Social** e a Sra. **Renata**



Aparecida de Oliveira (presidente da entidade à época dos fatos), vez que a prestação de contas não refletiu, de maneira inequívoca, a correta aplicação dos recursos públicos.

ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO

7. Trata-se de tomada de contas especial instaurada por determinação do TCDF, por intermédio da Decisão nº 6544/2008 – Processo nº 31173/2007, tendo em conta o apurado em Auditoria na Secretaria de Esporte.

8. Por intermédio da referida decisão, o Tribunal deliberou, entre outras, por:

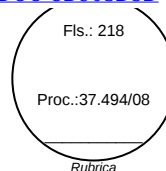
*II. determinar a audiência dos, à época, responsáveis pelos atos abaixo arrolados, para apresentarem, no prazo de 30 (trinta) dias, as respectivas razões de justificativas, sob pena de aplicação da multa a que se refere o artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94: a) Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Esportes, Herbert William de Oliveira Félix: [...] 2. assinatura do Convênio nº 23/2006 (**Processo nº 220.000.429/06**), sem reexame e em desconformidade com o Parecer Prévio da PGDF, contrariando o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e o art. 4º, parágrafo único, da IN 01/05 (Achados 3 e 6); 3. alteração do objeto da despesa inicialmente autorizada pelo Secretário de Fazenda, **Processo nº 220.000.429/06**, em oposição ao art. 50 do Decreto nº 16.098/94 (Achado 5); 4. ausência dos Termos de Convênio originais, assinados nos Processos nº 220.000.449/05, **220.000.429/06** e 220.000.474/05, ao contrário do exposto no art. 22, § 1º, da Lei nº 9.784/99 e art. 10 da IN 01/05 (Achado 7); 5. celebração de Convênios (Processos nº 220.000.449/05, 220.000.511/05, 220.000.071/06, 220.000.073/06 e **220.000.429/06**) sem comprovação de Prestações de Contas de anos anteriores, contrariando o art. 5º, § 1º, I, da IN 01/05 e a Decisão TCDF nº 4.291/02, bem assim por atestar, sem a devida competência, a regularidade das Contas nos Processos nº 220.000.449/05, 220.000.071/06 e **220.000.429/06** (Achado 8); [...] 7. oitiva dos executores dos convênios apenas na fase de Prestação de Contas, em desacordo com o art. 13, II, do Decreto nº 16.098/94 (Achado 11); b) Subsecretária Adjunta de Esporte e Lazer, Gilvanete Mesquita da Fonseca: 1. autorização do prosseguimento do **Processo nº 220.000.429/06**, sem reexame e em desconformidade com o Parecer Prévio nº 930/2006, com vistas à assinatura do Convênio nº 23/2006, contrariando o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e o art. 4º, parágrafo único, da IN 01/05 (Achado 3); c) Secretário de Esporte e Lazer, Luiz Augusto Almeida de Castro: 1. autorização do prosseguimento do **Processo nº***



220.000.429/06, sem reexame e em desconformidade com o Parecer Prévio nº 930/2006, com vistas à assinatura do Convênio nº 23/2006, contrariando o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e o art. 4º, parágrafo único, da IN 01/05 (Achado 3); [...] e) Executor Francisco Xavier de Oliveira: 1. ausência de relatórios de supervisão, fiscalização e acompanhamento do Convênio, em descumprimento ao art. 13, II, do Decreto nº 16.098/94 e ao art. 1º, XII, da IN nº 01/05 (Processos nºs **220.000.429/06**, 220.000.449/05, 220.000.485/05, 220.000.073/06 e 220.000.312/06 (Achado 10); 2. intempestividade na adoção de providências relativas aos Processos nº 220.000.485/05 (Achados 13 e 19), **220.000.429/06** (Achados 18 e 19) e 220.000.449/05 (Achado 18), previstas no art. 29 da IN nº 01/2005; [...] k) Chefe da Unidade de Administração Geral da Secretaria de Esportes, Rosângela de Lima Ferreira: [...] 2. omissão na análise das contas do Convênio dos Processos nºs **220.000.429/06** e 220.000.485/05, descumprindo o art. 29 da IN 01/2005 (Achado 19); [...] l) Secretários de Estado de Esporte, Weber de Azevedo Magalhães, Sérgio Augusto Barreto e Luiz Augusto Almeida de Castro, respectivamente, nos períodos de 28/10/2003 a 10/03/2006, 06/04/2006 a 18/07/2006 e 19/07/2006 a 30/12/2006: 1. oitiva dos Executores dos Convênios apenas na fase de Prestação de Contas, em desacordo com o art. 13, II, do Decreto nº 16.098/94 (Achado 11); (destaca-se)

9. Cumpre registrar que a Corte de Contas, nos termos da Decisão nº 482/2011, assim deliberou:

I. tomar conhecimento das justificativas apresentadas: a) pelos Srs. Rogério Pereira Vieira, Maurício Palmeira de Sousa, Luciano Martins Pereira, Nara Regina de Siqueira, Sérgio Augusto Barreto, Gilvanete Mesquita da Fonseca, Aguinaldo Silva de Oliveira, Weber de Azevedo Magalhães, Eudérico Hosana Batista, Adão Nunes de Carvalho, Francisco Xavier de Oliveira e Luiz Augusto Almeida de Castro, para, no mérito, considerá-las procedentes; b) pela Srª Rosângela de Lima Ferreira e pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para, no mérito, considerá-las procedentes, respectivamente, quanto aos itens 1 e 2 do inciso II, alínea "k", da Decisão nº 6.544/081 e 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10, inciso II, alínea "a", da mesma deliberação; c) pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para, no mérito, considerá-las improcedentes quanto aos itens 4 e 7 do inciso II, alínea "a", da Decisão nº 6.544/08; II. aplicar ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix a multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94, no valor de R\$ 626,80 (seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), tendo em conta a ausência dos Termos de Convênio originais assinados



*nos Processos nºs 220.000.449/05, **220.000.429/06** e 220.000.474/05 e a falta de notificação, a tempo, do Executor acerca da sua designação para o Convênio, o que gerou ações intempestivas de Executores, no que tange à supervisão, à fiscalização e ao acompanhamento da execução de Ajustes; [...] IV. autorizar a extração de cópia da Informação nº 46/09, especificamente dos parágrafos 39/432 (fls. 389/390), das razões de justificativa da Sr^a. Rosângela de Lima Ferreira (Anexo XI, fls. 79/101), dos termos do Achado 20 do Relatório da Auditoria nº 2.0006.07 (fls. 290/291), do teor da Decisão nº 6.544/08 (inciso II, alínea "k", item 3), para serem carreadas e subsidiar o exame da tomada de contas especial levada a efeito no Processo nº 37.478/08.(destaca-se)*

10. O teor da Decisão nº 482/2011 foi mantido, apesar de recurso interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF, conforme Decisão nº 2907/2012 (fls.208).

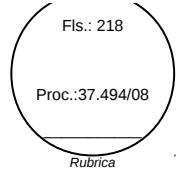
11. Feitas essas observações, a TCE em foco refere-se ao repasse de recursos públicos, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais), ao Instituto Esporte Social para a realização da "37ª Corrida de Reis" (Processo nº 220.000.429/2006).

12. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ao se manifestar, concluiu que o procedimento não autorizaria a formalização de convênio de repasse de recursos, vez que não foram observados ditames estabelecidos na Lei Complementar nº 326/2000 e no Decreto nº 21.933/2001, como esposado pelo TCDF, nos termos da Decisão nº 597/2006. (fls. 141/144 do Processo nº 220.000.429/2006).

13. O então Secretário, Sr. Luiz Augusto Almeida de Castro, após a manifestação do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal, entendeu pelo cumprimento da Lei Complementar nº 326/2000 e do Decreto nº 21.933/2001 (fls. 186/191 do Processo nº 220.000.429/2006).

14. A responsabilização do Instituto Esporte Social e da Sra. Renata Aparecida de Oliveira encontra respaldo nos fatos apurados e no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, segundo o qual, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica que administre dinheiros públicos.

15. Segundo os autos, ocorreram vários irregularidades quando da prestação de contas, entre outras: documento apresentado por empresa, mas que não pode ser considerado de natureza fiscal; ausência de data limite em nota fiscal de outra empresa; ausência em nota fiscal da discriminação e quantidade de itens; ausência de relação nominal dos atletas contemplados com hospedagens e alimentação; aluguel de



auditório que não consta do Plano de Trabalho; nota fiscal que não apresentou os trechos adquiridos de passagens aéreas (fls. 169/172 do Processo nº 017.001.593/2008).

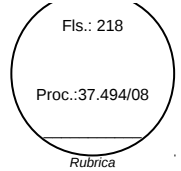
16. Quanto aos agentes públicos, cujas condutas também contribuíram para as irregularidades apuradas, já foram chamados em audiência mediante a Decisão nº 6544/2008, referida no parágrafo 8º desta informação.

17. Ao apreciar as razões de justificativa trazidas aos autos, a Corte de Contas proferiu a Decisão nº 482/2011, acolhendo-as, à exceção daquelas trazidas pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, referentes aos itens 4 e 7 do inciso II, alínea "a", da Decisão nº 6.544/08, tendo-lhe sido aplicada multa, na forma do item II da Decisão nº 482/2011. Desse modo, não há se falar em nova audiência dos agentes públicos, referidos no parágrafo 5º desta Informação, para possível aplicação de penalidade.

Conclui, sugerindo ao Plenário tomar conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, autorizar a citação dos responsáveis nominados no § 4 da Informação nº 129/12 para apresentarem defesa ou recolherem o débito indicado no demonstrativo de fl. 208.

O douto Ministério Público, mediante o Parecer nº 1.126/12 – MF, aquiesce as sugestões da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



VOTO

O Processo de nº 017.001.593/08 foi instaurado, por força da Decisão nº 6.544/08, para apurar responsabilidade civil decorrente de irregularidades na autorização e liberação de recursos públicos provenientes da Secretaria de Esporte e Lazer, repassados ao Instituto Esporte Social para suprir custos com a realização da 37ª Corrida de Reis, em 07.01.07.

Informa a Unidade Técnica que por meio da Decisão nº 6.544/08, foram chamados em audiência diversos agentes públicos responsáveis pelas irregularidades ocorridas, com vistas à aplicação de multa.

Prossegue, sugerindo o conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, a citação de outros dois responsáveis nominados no § 4 da Informação nº 129/12 para apresentarem defesa ou recolherem o débito apontado no demonstrativo de fl. 208.

O douto Ministério Público acolhe as sugestões expendidas pelo Corpo Técnico.

Assim, acompanhando os termos da Informação nº 129/12 e do parecer do Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 017.001.593/2008 (apenso de nº 220.000.429/06);
- II. determine, em obediência ao princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94 e do art. 172 do RI/TCDF, a



citação do Instituto Esporte Social e da Sra. nominada no § 4 da Informação nº 129/12 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto às responsabilidades que lhes pesam nestes autos, quais sejam, falhas na execução do Convênio nº 23/06 e nos pagamentos dele decorrentes ou, se preferirem, recolher, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, o prejuízo apurado nos autos, indicado à fl. 208, que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, nos termos da Lei Complementar nº 435/01;

III. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, de setembro de 2012.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora